

# Inclusão do aluno com deficiência em classe comum

Cadernos de  
Pós-Graduação  
em Distúrbios do  
Desenvolvimento

*Adilma Portela de Fonseca Torres*

*Yara Tereza Taccola Andretto*

*Mestres em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie*

*Anna Maria Nascimento Damiani*

*Gennaro Napolitano Neto*

*Liliane Peraçoli Breitenvieser*

*Marcos Vinícius de Araújo*

*Alunos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em  
Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie*

*A arte da vida consiste em fazer  
da vida uma obra de arte*

Ghandi.

## RESUMO

Esta pesquisa segue a abordagem qualitativa e poderá oferecer-se como uma pequena contribuição para profissionais interessados no tema inclusão escolar, na medida em que busca desvelar a opinião e disponibilidade dos professores do primeiro ano do Ensino Fundamental, da rede pública, de ter em sua classe um aluno deficiente.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas estruturadas.

Um questionário com 10 perguntas abertas foi aplicado a uma amostra de 10 professores do sexo feminino de diferentes instituições.

Concluiu-se que, embora houvesse uma predisposição dos professores para a inclusão, estes demonstraram falta de preparo para trabalhar com portadores de deficiência em classe comum.

Palavras-chave: inclusão escolar; aceitação do deficiente; professor e o aluno deficiente.



MACKENZIE

## INTRODUÇÃO

No cenário educacional, pode-se verificar que poucas são as instituições escolares que se preocupam e dispõem de organização e funcionamento, com vistas à inclusão de alunos deficientes.

Entre as muitas condições requeridas, para que a instituição escolar propicie a inclusão de alunos deficientes, está a disponibilidade e competência dos professores de classes comuns.

Esta pesquisa busca conhecer a opinião dos professores da primeira série do Ensino Fundamental da rede pública, sobre a inclusão de crianças portadoras de deficiências em classes comuns.

A população estudada foi constituída por 10 professoras na faixa etária de 20 a 57 anos.

### 1 JUSTIFICATIVA

O discurso sobre inclusão permanece, ainda, muito mais no campo das idéias, da abstração, do politicamente correto e não no científico, fundamentado em dados coletados e analisados.

O objetivo desta pesquisa é uma tentativa nesse sentido, ao coletar dados de professores da primeira série do Ensino Fundamental da rede pública, sobre a inclusão de alunos portadores de deficiência.

A análise das respostas das professoras às 10 perguntas de um questionário e a posterior interpretação, ofereceu informações para melhor compreensão do posicionamento dos professores frente a essa questão, assinalando itens a serem considerados para condutas e possíveis encaminhamentos, para que se torne mais viável a inclusão do aluno deficiente na escola regular.

### 2 FUNDAMENTAÇÃO

No seu sentido etimológico, inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*), significa compreender, ou fazer parte de, ou participar de. Assim, quando se fala em educação inclusiva, está se falando no educando que esteja incluído, compreendido, ou participando daquilo que o sistema educacional oferece. Quanto à integração, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61, estabeleceu que: "A educação é direito de todos [...]" e, no artigo 88, que: "A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, afim de integrá-los na comunidade".



“Integração e inclusão, assim entendidas, ficam basicamente com o mesmo sentido” (MASINI, 1999, p. 53). Conforme Ferreira (1999), integração não é inclusão. Segundo esta autora, a integração é uma inserção parcial do portador de deficiência na classe regular, enquanto que inclusão refere-se a uma inserção total e incondicional, independentemente das limitações e necessidades do indivíduo. Sob esta ótica, não se está analisando a possibilidade de integração e sim de inclusão de indivíduos portadores de qualquer tipo de necessidade especial na escola regular.

Para Mazzotta (1996), o sentido de integração pressupõe a ampliação da participação nas situações comuns para indivíduos e grupos que se encontravam segregados. Portanto, a busca da integração deve ocorrer com relação aos alunos que estão em serviços de educação segregada. Para os demais portadores de deficiência deve pleitear-se a educação escolar no princípio da não-segregação ou da inclusão.

Este autor afirma que a integração ocorre em três dimensões:

- Integração física – Implica na redução da distância física ou espacial entre deficientes e os outros alunos e no tempo de permanência dentre eles;
- Integração funcional – Implica na diminuição funcional que ocorre quando os alunos portadores de deficiências e os demais usam equipamentos e recursos diferentes. Consiste, portanto, na utilização conjunta dos recursos educacionais existentes;
- Integração social – Supõe o estabelecimento de relações sociais entre os alunos deficientes e os demais alunos. É psicologicamente mais significativa para a criança e envolve: a interação, frente a comunidade; a assimilação, pela participação ativa e reconhecimento da criança portadora de deficiência como elemento do grupo de crianças ‘normais’, e, finalmente, a aceitação, a partir da operação da criança deficiente como elemento participante e aceito no grupo, através de relações regulares e espontâneas de forma a corroborar para que o aluno portador de deficiência se sinta parte natural do grupo.

O modelo de inclusão exclui e esta, por sua vez, caracteriza o modelo atual. As instituições educacionais refletem as características do sistema social que as inclui, sendo neste espelhamento que se pode perceber que suas carências e afecções e sua tendência a marginalizar o desviante, segregar o diferente, delata a posição exclusivista da sociedade.

A proposta de inclusão pressupõe reconhecer e respeitar as peculiaridades e as diferenças individuais, reavaliar os programas e os processos educacionais, ampliar e aperfeiçoar o saber científico, reciclar idéias e posturas sócio-educativas, aprimorar e adequar recursos materiais e, essencialmente, resgatar nosso olhar para quem estava “deitado” por portar deficiência.

Masini (1999) enfatiza o que diz Maria Bove sobre inclusão responsável:

A inclusão deve ser feita com todo o cuidado, desenvolvendo atividades que tragam benefício à criança deficiente com relação ao que ela tem condições de participar, nunca sendo esquecida a professora, sem permitir-lhe o acúmulo de tarefas. A inclusão responsável se faz com profissionais acompanhando a criança, de acordo com a possibilidade de estar participando, de forma que a criança tenha condições de fazê-lo, ainda que seja apenas estar no pátio com as demais crianças.



MACKENZIE

A discussão sobre a inclusão é necessária e carece de aprofundamento. Todavia, em sendo ela uma alternativa politicamente correta, investe-se sobremaneira em suas justificações e desproporcionalmente menos na sua aplicação prática, tendendo a prender-se na imaginação da sociedade ideal, negligenciando o distanciamento entre o imaginário social e a realidade social.

Um processo de mudança gera desequilíbrio que, numa linguagem piagetiana, é necessário para o salto de qualidade; todavia, é importante que o real institucional seja considerado, para que não se percam as referências concretas que temos na história de nossas instituições escolares regulares e especiais.

### 3 MÉTODO

#### 3.1 COLETA DE DADOS – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

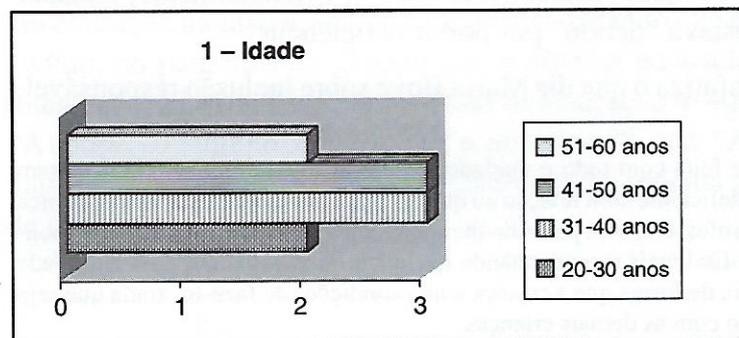
A entrevista foi escolhida como instrumento adequado para coleta de dados desta pesquisa, que segue a perspectiva qualitativa, pois a mesma permite a captação imediata da informação desejada entre o entrevistador e o entrevistado.

Optamos pela entrevista estruturada que, segundo Lüdke e André (1986), é utilizada quando o entrevistador segue um roteiro de perguntas feitas, a todos os entrevistados, de forma e ordem idênticas, tendo a vantagem de o entrevistador estar presente para algum eventual esclarecimento que visa a obtenção de resultados uniformes, permitindo assim uma análise mais precisa dos dados coletados.

No questionário, as perguntas 1, 2, 3 e 4 definem as características pessoais e profissionais dos entrevistados. Nas perguntas 5, 6 e 7, vislumbramos obter a opinião e a proximidade dos professores com relação à inclusão de alunos deficientes em classes comuns. Finalmente, a partir da questão número 8, objetivamos obter informações sobre a atitude que o professor teria, caso tivesse um deficiente em sua sala de aula.

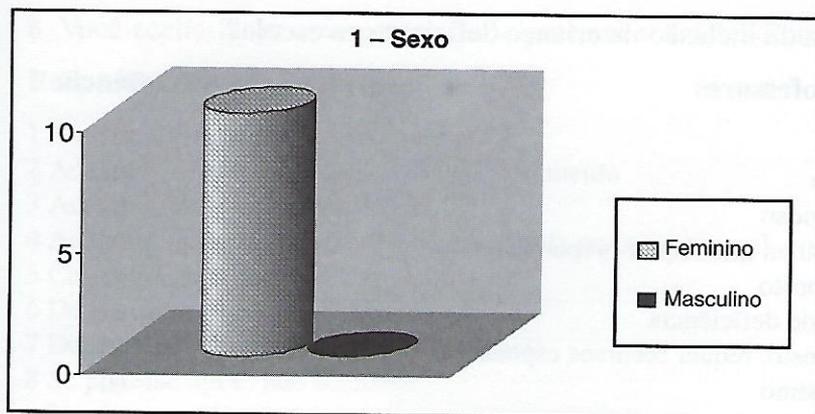
#### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

As respostas foram categorizadas e representadas em gráficos, conforme se pode ver a seguir:

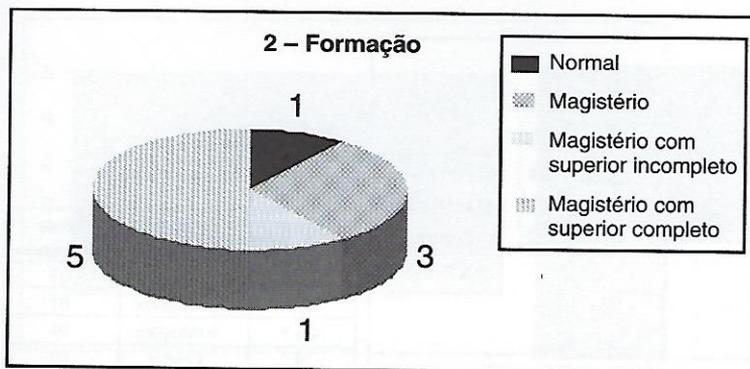


As dez (100%) professoras entrevistadas encontram-se na faixa etária entre 20 e 60 anos. Delas: duas (20%) entre 20 e 30 anos, três (30%) entre 31 e 40 anos, três (30%) entre 41 e 50 anos e duas (20%) entre 51 e 60 anos.

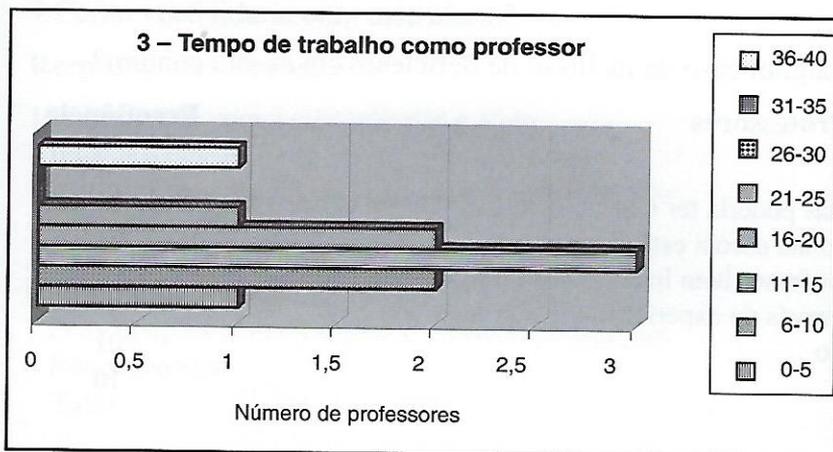




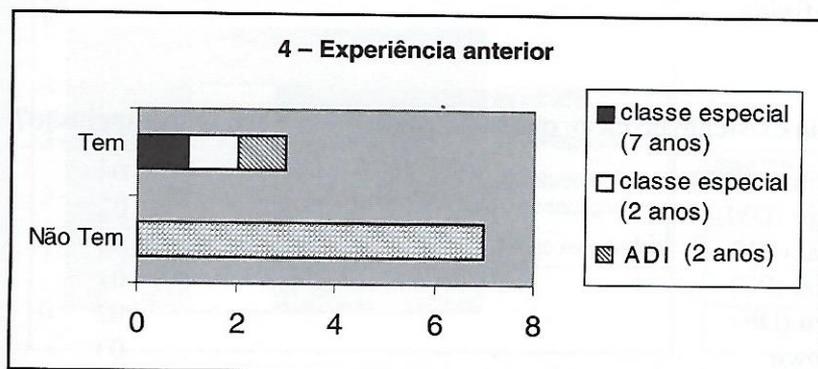
Todos os dez (100%) entrevistados são do sexo feminino.



Cinco (50%) professoras fizeram magistério e curso superior completo, uma (10%) fez magistério e curso superior incompleto, três (30%) só o magistério e uma (10%) fez o normal.



Entre as dez (100%) profissionais entrevistadas, o tempo de trabalho como professora varia de 02 a 36 anos. Uma (10%) delas exerce a função há 2 anos; duas (20%), entre 6 e 10 anos; três (30%), entre 11 e 15 anos; duas (20%), entre 16 a 20 anos; uma (10%) há 23 anos e uma (10%) há 36 anos.



Sete (70%) das professoras entrevistadas não têm experiência anterior, enquanto que três (30%) têm. Destas, duas (20%) trabalharam em classe especial (uma, durante 7 anos e outra, num período de 2 anos) e uma (10%) já havia trabalhado com ADI durante 2 anos.

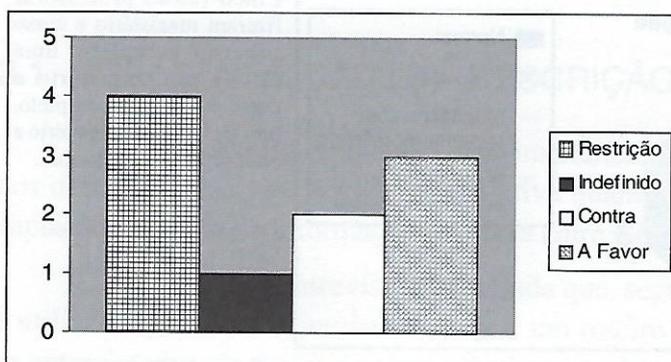


**5 O que você acha da inclusão de criança deficiente na escola?**

**Respostas dos Professores**

**Frequência**

1 Nada contra	01
2 Luta pela inclusão	01
3 Por princípio religioso	01
4 Iniciativa democrática que requer preparação	01
5 Perfeito se for honesto	01
6 Depende do grau de deficiência	01
7 Não deve ser imposto, requer recursos especiais	01
8 Assunto delicadíssimo	01
9 Discordo, falta de condições (materiais e humanas)	02
<b>Total</b>	<b>10</b>



Respostas	Classificação	Nº de Professores
1 a 3	A favor	03
8	Indefinida	01
4 a 7	Restrições	04
9	Contra	02

**6 Você conhece algum caso de inclusão de deficiente em escola comum?**

**Respostas dos Professores**

**Frequência**

1* Conheço	04
2* Conheço, mas poderia ter mais aproveitamento em classe especial	01
3* Conheço, minha escola está implantando	01
4* Conheço, professor bem intencionado mas desorientado	01
5** Conheço, através de experiência de outros	02
6*** Não conheço	01
<b>Total</b>	<b>10</b>

- \* conhecem casos de inclusão
- \*\* mostra-se indefinida
- \*\*\* desconhece

**7 Qual a deficiência existente no caso, que você conhece, em que houve inclusão?**

Deficiente Auditivo (DA)	04
Deficiente Motor (DM)	02
Deficiente Visual (DV)	03
Paralisia Cerebral (PC)	01
Deficiente Físico (DF)	02
Síndrome de Down	03
Comprometimento motor e mental	01

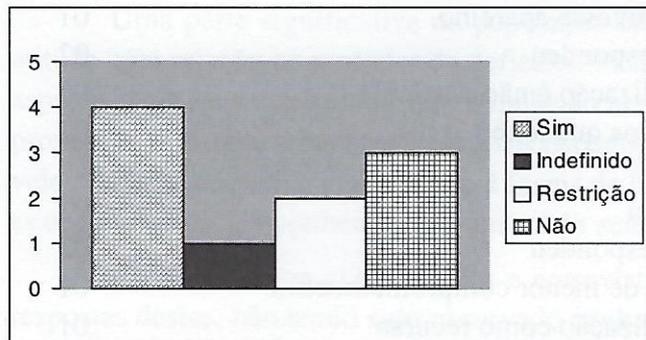


8 Você aceitaria ter uma pessoa deficiente em sua sala? Por quê?

Respostas dos Professores

1 Aceitaria, por princípios religiosos	01
2 Aceitaria, com investimento em aprimoramento	01
3 Aceitaria, devemos enquadrá-los	01
4 Aceitaria, dependendo da deficiência a aula pode ser normal	01
5 Caso para se pensar	01
6 Desde que tivesse condições	01
7 Dependendo do tipo e grau da deficiência	01
8 Se pudesse optar, não aceitaria	03
<b>Total</b>	<b>10</b>

Frequência



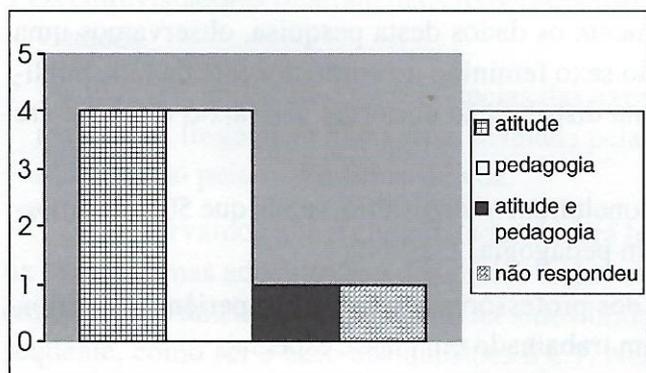
Respostas	Classificação	Nº de Professores
1 a 4	Sim	04
5	Indefinido	01
6 e 7	Restrição	02
8	Não	03

9 Como você lidaria com esse aluno?

Respostas dos Professores

1 Preocupação com a comunicação e afeto	01
2 Igual aos outros	02
3 Preocupação com socialização, não com o currículo	01
4 Iria estudar primeiro	01
5 Só sei lidar com DA	02
6 Com os conhecimentos que tenho	01
7 Preocupações com o estigma e processo pedagógico	01
8 Não respondeu	01
<b>Total</b>	<b>10</b>

Frequência



Respostas	Classificação	Nº de Professores
1 a 3	Atitude	04
4 a 6	Pedagogia	04
7	Atitude e Pedagogia	01
8	Não respondeu	01



10 Se fosse:

<b>Cego</b>	1 é difícil, precisa especialização	02
	2 não respondeu	01
	3 não sei	03
	4 socialização e não currículo	02
	5 recursos que tenho	01
	6 impossível	01
<b>Surdo</b>	1 não sei	01
	2 teria que aprender	02
	3 só se tivesse aparelho	01
	4 não respondeu	02
	5 socialização e não currículo	02
	6 recursos que tenho	02
<b>D.M.</b>	1 não sei	03
	2 não respondeu	02
	3 casos de menor comprometimento	01
	4 socialização como recurso	01
	5 socialização e não currículo	02
	6 recursos que tenho	01
<b>Comprometimento motor</b>	1 com carinho e afeto	01
	2 não sei	02
	3 não respondeu	02
	4 sim	01
	5 socialização como recurso	01
	6 socialização e não currículo	02
	7 recursos que tenho	01

### 3.3 DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao analisarmos criticamente os dados desta pesquisa, observamos uma predominância de professores do sexo feminino no corpo docente da rede pública do Ensino Fundamental e uma distribuição uniforme das faixas etárias entre 20 e 57 anos.

Todos os entrevistados concluíram o Magistério, sendo que 50% da amostra também apresentam curso em pedagogia.

Constatou-se que 70% dos professores não tinham experiência anterior, sendo que apenas 20% já haviam trabalhado em classe especial.



MACKENZIE

Quarenta por cento dos entrevistados não se posicionaram contra a inclusão. No entanto, observou-se uma variação nas razões utilizadas por eles para fundamentar suas atitudes, como: princípios religiosos, necessidade de “enquadrar” o aluno deficiente no contexto do ensino regular e, conhecimento de casos de deficientes auditivos, visuais e síndrome de Down que freqüentam classe comum.

Alguns dos entrevistados, 20% deles, revelaram restrições com relação a esta proposta. Uma parte dos professores, incluídos nesta categoria, afirma que aceitaria aluno deficiente em sua sala de aula, dependendo do tipo e grau da deficiência, enquanto que outra, condiciona sua atitude às condições de trabalho que lhe forem oferecidas.

Uma parte significativa da população entrevistada (40%) considerou a atitude com relação ao portador de deficiência em classe comum, como sendo o aspecto mais importante para que a inclusão aconteça, enquanto que a mesma proporção priorizou somente os recursos pedagógicos. No entanto, a maioria revelou desconhecimento com relação à forma de lidar com as diversas deficiências e, até mesmo, desconhecimento quanto às suas especificidades.

A relação entre entrevistados e entrevistadores parece ter facilitado as respostas destes, não tendo sido observado nenhum tipo de defesa.

Os dados revelaram múltiplas variantes e, por conseguinte, conduziram à necessidade de múltiplas categorias para que pudesse refletir as origens e ênfases das respostas.

#### 4 COMENTÁRIO

Teria sido melhor que a entrevista fosse gravada, pois favoreceria ao entrevistador maior atenção ao que estava sendo respondido e também mais facilidade para esclarecer as informações ao longo da entrevista. Isso teria sido muito importante para contextualizar e resgatar o sentido da análise. Além disso, proporcionaria os seguintes ganhos:

- 1 Os entrevistadores ficariam mais livres para participar do diálogo com os entrevistados.
- 2 Facilitaria a apreensão das seqüências das expressões orais, a observação e o registro da linguagem não verbal revelada pelas expressões faciais e gestuais, assim como pelo tom e ritmo de voz.

Observamos que o entrevistador deverá ter flexibilidade, não se fixando na pergunta mas adequando-a diante dos dados obtidos, já que pode ocorrer que em perguntas anteriores já possa(m) ter sido obtida(s) resposta(s) à pergunta subsequente, como foi o caso das questões 6 e 7. Nesse sentido, entendemos que a entrevista semi-estruturada teria sido menos rígida, portanto, mais adequada.



Poderia ter sido feito questionário piloto para verificar a viabilidade ou as dificuldades que o questionário pudesse desencadear, tanto para o entrevistador como para o entrevistado.

Ocorreu falta de padronização, pois alguns dos entrevistadores deram o questionário para o entrevistado responder, enquanto que outros, o preencheram.

Também evidenciou-se falta de preparo dos entrevistadores no que se refere ao planejamento da pesquisa, confecção do questionário e sua adequação às situações específicas. No entanto, isso não impediu que categorias diversas emergissem e delineassem um panorama, referente às concepções das professoras e seus temores, quanto ao próprio preparo para a inclusão do aluno deficiente em sua sala de aula.

A análise desta pesquisa demonstrou que colocar em prática a proposta da inclusão, reclama respeito pela diferença e pela criação de cenários em que isso seja possível, já que a diferença se transforma em desigualdade quando não se provêem apoios necessários.

A falta de preparação técnica do corpo docente pode gerar resistências e, até mesmo, retrocesso na ação inclusiva, revelando que a transformação das instituições escolares em âmbitos inclusivos deve ser gradativa, pois requer novos padrões éticos e conhecimentos especializados.

Enquanto trabalho científico, esta pesquisa foi de grande relevância a seus realizadores, à medida em que lhes propiciou uma melhor compreensão a respeito da importância da metodologia a ser empregada.

## ABSTRACT

This research follows a qualitative approach and offers a small contribution to professionals interested in inclusion, as it tries to show 1<sup>st</sup> Grade public school teachers' opinions and availability to have a handicapped child among their pupils.

Data collection was accomplished via semi-structured interviews. Ten female teachers from different institutions answered a ten point open questionnaire.

Conclusions showed that, although teachers intended to include handicapped children there was a lack of training to work with them in classroom.

Keywords: inclusion; handicapped child acceptance; teacher and the handicapped pupil.



## REFERÊNCIAS

- CRIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*: São Paulo: Cortez, 1998.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FERREIRA, S. L. A sociedade inclusa. *Revista Temas sobre Desenvolvimento*, v. 7, n. 42, p. 54-56, jan./fev. 1999.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. *Pesquisa em educação: abordagem qualitativa*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986. cap. 3 e 4.
- MASINI, D.F.S. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador. *Revista Temas sobre Desenvolvimento*, v. 7, n. 42, p. 52-54, jan./fev. 1999.
- MAZZOTTA, M.J.S. *Educação especial no Brasil: histórias, políticas e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: [s.n.], 1998. v. 1, p. 48-53.

## RESUMO

